

## **Ciclos de Kondratieff e pequena produção mercantil pesqueira**

Célia Maria e Silva<sup>1</sup>

### **I. Gênese da formação litorânea catarinense.**

A formação litorânea catarinense, tem sua origem durante o século XVIII, momento em que a Coroa Portuguesa, através do Conselho Ultramarino de Lisboa, vislumbra projeto político de ocupação efetiva da área. Para tanto, estabeleceu um conjunto de medidas, entre as quais, implementação, na referida área, de fortificações, de grandes manufaturas e ainda, estabelecimento de casais açorianos e madeirenses.

No que se refere às manufaturas, é importante ressaltar que se constituíam de grandes monopólios comerciais que edificaram quatro armações e um suplemento ao longo do litoral catarinense: Piedade (1742), Lagoinha (1772), Itapocoróia (1778), Garopaba (1791) e o suplemento de Imbituba (1796), além de Ilha da Graça (1807)<sup>2</sup>.

Tais edificações destinavam-se a produzir óleo de baleia, com o intuito de abastecer o mercado interno português, bem como, fomentar o intenso processo manufatureiro europeu.

Concomitante e progressivamente a instalação destas armações, foram estabelecidos pequenos povoados de açorianos e madeirenses, localizados ao longo da região meridional do país, podendo-se destacar na faixa litorânea catarinense, os núcleos de

---

<sup>1</sup> Pesquisadora junto ao Laboratório de Estudos Regionais e Urbanos. Departamento de Geociências/Centro de Filosofia e Ciências Humanas/Universidade Federal de Santa Catarina.

<sup>2</sup> Cfe. ELLIS, Myriam. *A Baleia no Brasil Colonial*, São Paulo: Melhoramentos/USP, 1969, p. 153.

São Miguel, Enseada de Brito, São José, Paulo Lopes, Garopaba e Vila Nova, além dos estabelecidos na Ilha: Trindade, Ribeirão, Lagoa, Ratonos, Santo Antônio, Rio Vermelho e Rio Tavares<sup>4</sup>.

Na verdade, tratava-se de um universo populacional constituído de pequenos produtores autônomos, agricultores e pescadores, sendo que os últimos, durante a safra baleeira - julho a outubro - colocavam-se como possibilidade para comporem a força de trabalho no interior das grandes manufaturas, momento em que trabalhavam como assalariados na condição de remeiros, arpoadores e timoneiros.

Dentro dessa realidade, são os capitais comerciais portugueses que barganham<sup>5</sup> as maiores rendas. Mesmo assim, os pescadores autônomos submetidos àquele processo produtivo, notadamente, arpoadores e timoneiros, obtinham elevados salários ou então, recebiam parte do pagamento em produto - baleia - ou ainda, com a mercadoria escrava<sup>6</sup>, o que colocava amplas possibilidades para estes pequenos produtores.

Uma dessas possibilidades era a de ingressar no vantajoso comércio internacional de baleia, cujo negócio propiciaria grandes lucros nas transações. Além disso, poder-se-ia alugar escravos e

---

<sup>4</sup> Cfe. Manuscritos da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Ref. II, 31, I,42 & CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Laudes, 1970, p. 64.

<sup>5</sup> Os capitais comerciais portugueses obtinham como rendimentos provenientes da área catarinense, 4.000.000 réis anuais (Cfe. SILVA, Célia Maria e. Ganchos (SC): ascensão e decadência da pequena produção mercantil pesqueira. Florianópolis: UFSC/FCC, 1992, p. 55).

<sup>6</sup> Na verdade, estabelecia-se no interior da grande unidade, significativo processo de diferenciação social, pois o administrador percebia 1.533\$600; remeiros entre 3\$840 a 36\$500; arpoadores 64\$000 a 120\$000; timoneiros 41\$600 a 105\$000 (Cfe. Balanço de Contas, 1816. Junta do Comércio, Agricultura, Fábrica e Navegação. Administração da Pesca da Baleia. Caixa 360, pacote 3. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro).

assim, auferir importantes rendas ou ainda, como forma de pagamento, obter outros escravos.

Nesse sentido, cabe observar, conforme atestam os documentos da época<sup>7</sup>, que somente em 1816 foram destinadas 17 baleias e 102 escravos como forma de pagamento à baleeiros, além de 33 escravos, fornecidos através de aluguéis às Armações de Piedade, Lagoinha e Garopaba por 31 proprietários, cujos ganhos variaram entre 3\$840 a 36\$500 réis por “peça” alugada.

Estes fatores propiciaram a transformação desses trabalhadores autônomos em senhores de escravos, aos quais bastava a simples requisição de terras a Lisboa para que o despacho lhes fosse geralmente, favorável, sob o argumento da necessidade destes senhores ocuparem seus escravos “e a Coroa poder receber os Reais Dízimos”<sup>8</sup>.

Desta maneira, edificava-se a formação concreta do litoral catarinense, ao mesmo tempo em que o entrelaçamento de diferentes maneiras de produzir, possibilitava a ascensão social de pequenos produtores independentes que passavam a compor o quadro predominante da estrutura senhorial.

E esta possibilidade de se articularem constantemente, à formas de produção de maior vulto resistindo, assim, ao empobrecimento social, marcou ao longo dos anos, o cotidiano da vida destes pescadores independentes.

## **2. Ciclos de Kondratieff e ascensão da pequena produção mercantil pesqueira.**

Com o advento do primeiro ciclo de Kondratieff, em sua fase depressiva (1815-1848), tem-se, ao nível de formação social brasileira, o processo de independência política do país, e com ele,

---

<sup>7</sup> Cfe. Manuscrito Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Caixa 360, pacote I, folhas 954 a 1161. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

<sup>8</sup> Documento de Sesmarias. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro à disposição do Arquivo Municipal de Joinville, pacote 4x.

um pacto de poder que, segundo Rangel<sup>9</sup>, fora coroado pela “aliança entre as classes dos senhores de escravos, que passara do regime colonial, com a classe dos comerciantes, dissidência do capital mercantil português”.

A partir de então, os ajustes econômicos ocorridos no interior da nação brasileira foram realizados através do processo de substituição de importações pelos produtos cultivados nas fazendas<sup>10</sup>, onde se utilizaram recursos ociosos como terras, instrumentos de trabalho, escravos, etc., provenientes do período colonial.

No âmbito da formação litorânea catarinense nota-se, a partir de então, um redirecionamento das classes dominantes no sentido de um melhor aproveitamento do quadro natural, bem como, o aparecimento de unidades fazendeiras nas regiões de São Miguel, Desterro, Garopaba, Laguna, São Francisco e São José<sup>11</sup>.

Suas produções eram diversificadas - café, arroz, milho, farinha de mandioca, etc. -, sendo que a mão-de-obra utilizada, era escrava, originária do período colonial, além dos negros de ganho, tanto de proprietários particulares como os ociosos nas armações, alugados pelo Estado Provincial.

Ao nível da pequena produção independente, configura-se um momento onde os pescadores - após a partilha do quinhão entre seus pares no espaço da praia - subordinam-se aos atravessadores, que se apropriam do excedente da mercadoria de cada componente do grupo. Contudo, uma ínfima parte deste excedente era retida por estes produtores, que a utilizavam para a subsistência, desviando uma pequena parcela para o comércio localizado, permutando geralmente entre si, os produtos oriundos do espaço terrestre e marítimo. A submissão desses trabalhadores

---

<sup>9</sup> RANGEL, Ignácio. Economia: milagre e anti-milagre. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, p. 26.

<sup>10</sup> RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira. Revista de Economia Política. São Paulo: Brasiliense, n.4, vol.1, 1981, p. 21.

<sup>11</sup> SILVA, Célia Maria e. Op. cit., p. 79 & CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Nossa Senhora do Desterro. Florianópolis: Lunardelli, vol. 2, 1979, p. 265-267.

aos pequenos capitais mercantis poderia lhes causar um empobrecimento generalizado. Entretanto, outras atividades comerciais possibilitavam a aquisição de tudo o que necessitavam e permitiam a reprodução da pequena unidade, em bases simples.

Neste particular, situava-se, principalmente, o abastecimento a navios estrangeiros, com produtos oriundos do mar, destacando-se o óleo de baleia, neste momento beneficiado pelos pescadores autônomos, entre rochas no espaço da praia.

Por outro lado, a abundância de madeiras permitia uma comercialização das mais significativas, isto é, parte de seu instrumental de trabalho: as embarcações, cuja confecção provinha do acúmulo de experiências e em função da cultura açoriana.

Com o advento da fase expansiva deste Kondratieff (1848-1873), há um aprofundamento dos níveis da divisão internacional do trabalho, reincorporando diversos países periféricos ao sistema mundial, com o intuito não só de obter matérias-primas<sup>12</sup>, mas também de articular um mercado consumidor que absorvesse as produções decorrentes do sucateamento frente as inovações tecnológicas processadas na esfera do centro dinâmico.

Neste momento, segundo Rangel<sup>13</sup>, abria-se no Brasil, a possibilidade da conversão do escravismo em feudalismo, em função de duas condições essenciais: 1) “aparecimento no seio da classe dos escravos de uma ponderável massa de trabalhadores incapazes de produzir a própria vida senão pelo amanho de uma pequena porção de terra”; 2) “apropriação pela classe dos feudais, de toda a terra acessível, habitável e agricultável...”

Como consequência dessa absorção de terras, ainda conforme Rangel, surge a possibilidade da “conversão do escravo em servo de gleba... ao mesmo tempo em que declina a produção

---

<sup>12</sup> MAMIGONIAN, Armen. A industrialização brasileira. Florianópolis, p. 29, sem data.

<sup>13</sup> RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira, p. 21.

natural na fazenda que tende a tornar-se internamente feudal e externamente uma empresa comercial”.

Cabe sublinhar que, no plano da formação litorânea catarinense, o que se verifica neste momento, é um processo em que paulatinamente, os escravos vão sendo colocados em “liberdade”, seja através da aquisição de cartas de alforria, seja pela distribuição

dos fundos de emancipação. Na verdade, a servidão estava a caminho, conforme evidencia a tabela a seguir, pois, geralmente, o ex-escravo, preferia ficar no interior da fazenda, onde ganharia casa e terra para produzir o seu sustento e, às vezes, de toda a sua família.

**TABELA 1**  
**Escravos e libertos na província de Santa Catarina**  
**(1841 - 1864)**

<b>LOCAL</b>	<b>Escravos</b>	<b>Libertos</b>
Capital	3.842	1.381
São Miguel	1.178	3.026
São José	2.303	785
São Francisco	2.701	189
Itajaí	717	219
Laguna	3.427	1.393
São Sebastião	1.500	409
Lages	1.405	2.632

FONTE: SANTA CATARINA: Relatório do Presidente de Província, Francisco José de Oliveira, 1864 & Mapa da Paróquia de São Miguel, 1841. Arquivo Público do Estado de Santa Catarina.

Cabe salientar ainda que, fica bastante evidente, nesse período, uma dissidência no interior da classe senhorial, dissidência esta que, via fundos de emancipação, tentava conscientizar a classe para a necessidade de libertação de seus escravos, inclusive, fundando um Clube Abolicionista em 1884<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> CABRAL, Oswaldo R. Op. cit., p. 435.



Concomitantemente às alterações quanto à força de trabalho, as grandes unidades fazendeiras tendiam a se especializarem. Na região de São Miguel, as especializações foram no âmbito da madeira, lenha e dos cereais, sobretudo arroz e milho; em Garopaba, farinha de mandioca, madeira e café, além de Ganchos com cereais e madeira.

Estas produções abasteciam o mercado nacional, como na situação particular da farinha de mandioca que era exportada igualmente, para Montevideu e Buenos Aires, cidades estas também consumidoras de lenha, madeira e cereais. Estes últimos produtos abasteciam também, os mercados ingleses, franceses, portugueses e italianos<sup>15</sup>.

Desta forma, tem-se um aumento considerável das forças produtivas que propiciaram o ingresso dessas grandes unidades fazendeiras no mercado agro-exportador, evidenciando sua face mercantil, conforme esclarece Rangel.

Por outro lado, a especialização das grandes unidades criou, no plano local, neste momento de expansão da economia mundial (1848-1873), uma possibilidade histórica, ou seja, o arrendamento de parte das unidades fazendeiras (terras e engenhos) aos pequenos produtores para produzirem, em especial, a farinha e o açúcar. Para tanto, destinaram ao proprietário dos meios de trabalho, uma renda produto concretizada da seguinte forma: em cada três sacos produzidos, dois destinavam-se ao latifundiário e um, ao pequeno produtor.

Não obstante a subordinação destes produtores à dominação latifundiária, que retinha uma renda produto, este novo arranjo sócio-espacial, tendo a família como unidade de trabalho, permitia a comercialização de um pequeno excedente, após o auto-sustento. Com efeito, esta possibilidade incrementou a diversificação da capacidade produtiva no interior da pequena unidade, ampliando, assim, a escala de produtos destinados ao comércio - milho, feijão, batata, melancia, farinha de mandioca, açúcar, além de diversos pescados, como a tainha, anchova, etc.

---

<sup>15</sup> SILVA, Célia Maria e. Op. cit., p. 86.

Esta comercialização era realizada diuturnamente, em Desterro, utilizando-se do espaço do praia que, "... era o local da exposição dos gêneros: em esteiras desdobradas ao longo das areias..." E do pescado, utilizando-se do espaço das canoas que atracavam nas enseadas<sup>16</sup>.

No conjunto, eram estes produtores independentes, espalhados pelo litoral catarinense - São Miguel, Biguaçu, Palhoça, São José, Garopaba, etc - que abasteciam o mercado desterrense, notadamente, a zona comercial situada nas proximidades da Alfândega, onde se localizavam os espaços dos atacadistas e comissários.

Em meados do século XIX, era visível a significação desse movimento de pequenos produtores em direção ao mercado de Desterro. Ali os produtos da pesca artesanal rendiam 40:000\$000 réis e as produções agrícolas facultavam à burguesia comercial o abastecimento de 2 a 3 navios que por ali aportavam diariamente, apanhando lenha, madeira, milho, farinha de mandioca e laranjas, encaminhando-os aos mercados de Montevideu e Buenos Aires<sup>17</sup>.

Do exposto, pode-se dizer então, que um outro movimento decorria do processo de expansão da economia mundial (1848-1873): por um lado, os setores latifundiários, através de produções especializadas, ingressavam no mercado internacional, por outro lado, os pequenos produtores independentes tinham a incumbência, via produção diversificada, de alimentar o espaço urbano desterrense, cuja burguesia comercial ali estabelecida, abastecia com o excedente, não só a nação brasileira, como também exportava para os países platinos, notadamente, para as cidades de Montevideu e Buenos Aires.

Ao se aproximar o final do século XIX, um novo ciclo de Kondratieff se evidencia em sua fase recessiva (1873-1896). Em

---

<sup>16</sup> PELUSO JÚNIOR, Victor. Joaquim Augusto Livramento. In: Notícia Histórica de Biguaçu. Biguaçu: FCB, n. 1, 1983, p. 3-4.

<sup>17</sup> VAN LEDE, Charles. De La Colonisation au Brésil..., apud CARDOSO, Fernando Henrique. Cor e Mobilidade Social em Florianópolis. São Paulo: Nacional, 1960, p. 275



termos institucionais, a ruptura que marcou esse período desembocou na “Abolição da Escravatura (1888) e na Primeira República (1889), através de um novo pacto de poder, negociado entre as classes dos comerciantes com a nova classe dos latifundiários feudais<sup>18</sup>.

Novamente nota-se um esforço no sentido de se processar uma outra substituição de importações que, segundo Rangel<sup>19</sup>, fora assegurada pelas unidades artesanais e manufatureiras e que, na opinião de Singer<sup>20</sup>, tinha como ramos mais significativos os setores de tecidos e de alimentos.

Na situação particular deste estudo, destaca-se a emergência de fábricas de conserva de pescado estabelecidas em Cabo Frio (RJ) e Rio Grande (RS), com diferenças no que se refere à composição orgânica do capital. Estas, articulam-se às pequenas unidades descentralizadas ao longo da formação litorânea brasileira e, em particular, da formação litorânea catarinense, que se destaca pelo fornecimento de peixe seco e em salmoura, e em troca, comercializavam, principalmente o sal.

Do ponto de vista da pequena unidade de pesca, esta significativa ampliação do mercado consumidor acabou facultando, não apenas a manutenção da pequena unidade, como também a obtenção de poupanças que, não raras vezes, eram associadas aos “financiamentos” adquiridos na capital, permitindo assim, investimentos em instrumentais como lanchas baleeiras, botes, etc.

Desta forma, estabelece-se um processo de diferenciação social à medida em que surgem no cenário, pequenos produtores mais aquinhoados, desembocando na possibilidade de emergência de capitais semi-manufatureiros, sob a forma de pequenas salgas.

Portanto, novamente dois movimentos decorriam do processo de expansão da economia mundial e fortaleciam a

---

<sup>18</sup> RANGEL, Ignácio. Economia: milagre e anti-milagre, p. 2.

<sup>19</sup> RANGEL, Ignácio. A história da dualidade brasileira, p. 24.

<sup>20</sup> SINGER, Paul. Aprender Economia. São Paulo: Brasiliense, 1983, p. 108.

pequena unidade produtiva: enquanto alguns pequenos produtores ascendiam à condição de capitais semi-manufatureiros ao abastecerem os mercados do Rio de Janeiro e Rio Grande, os quase oito mil pescadores espalhados pelo litoral catarinense continuavam a tradicional trajetória de suprir o mercado desterrense, já que o pescado assumia importância considerável enquanto fonte alimentar.

Com o advento do terceiro ciclo de Kondratieff, e com ele um longo período de recessão da economia mundial (1920-1945), novo pacto de poder constituiu-se na formação social brasileira, expresso pela aliança entre a burguesia industrial - dissidência dos comerciantes - e os latifundiários<sup>21</sup>. Esta nascente burguesia industrial desenvolveu mecanismos no sentido de “proteger os ramos da substituição de importações, notadamente, os setores têxtil, calçados e alimentos<sup>22</sup>”.

No setor de alimentos inscreve-se a atividade pesqueira e que, a partir deste momento, emerge em forma de unidades industriais, geograficamente estabelecidas ao longo do litoral brasileiro, principalmente, nos grandes centros (Rio Grande, Rio de Janeiro, Santos, etc), trabalhando com prensadoras e enlatadoras (conserva) de pescado. É uma das possibilidades destas indústrias obterem seus insumos, localizava-se na pequena produção autônoma, situada ao longo da formação litorânea catarinense, visto que, nesta área havia “a presença de grandes cardumes e, sobretudo, disponibilidade de pescadores<sup>23</sup>”.

Naquela oportunidade, foram merecedoras de destaques, as diferentes formas em que pequenos produtores ajustaram-se ao novo modelo de desenvolvimento econômico. Neste sentido, cabe ressaltar o expressivo volume de pescado que capturavam e comercializavam com os capitais industriais, seguido da obtenção de financiamentos nas próprias indústrias que estimulavam a

---

<sup>21</sup> RANGEL, Ignácio. Economia: milagre e anti-milagre, p. 2.

<sup>22</sup> SINGER, Paul. Op. cit., p. 108.

<sup>23</sup> DIEGUES, Antônio Carlos S. Pescadores, Lavradores e Trabalhadores do Mar. São Paulo: Ática, 1984, p. 123.

produção independente e, por último, quando migravam, temporariamente, para os grandes centros, onde ofereciam apenas a sua força de trabalho no interior dessas grandes unidades.

Com efeito, a possibilidade mais expressiva para esses pequenos produtores, era justamente quando efetuavam esta migração temporária, acentuadamente para o Rio Grande e Santos. Nestas cidades, os capitais dispunham de uma acelerada acumulação e facultavam, contraditoriamente, a obtenção de elevados salários, tomando possível a constituição de maiores poupanças, em função da elevada remuneração que cada parte percebia, pois eram muitos os recursos capturados, diante da presença de abundante matéria-prima, de condições tecnológicas favoráveis e de um significativo número de trabalhadores no interior do processo produtivo, que exerciam o trabalho cooperativado.

Em conseqüência a **pequena unidade independente se fortalece**, ou ainda, **muitos pescadores transformam-se em pequenos proprietários**, fazendo uso de embarcações motorizadas e todos os apetrechos necessários à captura, além de uma nítida melhoria no padrão de vida, ao adquirirem uma série de indumentárias e, igualmente, melhores moradias, chácaras, etc.

### **3. Ciclo de Kondratieff e decadência da pequena produção mercantil pesqueira.**

Em termos mundiais, a ascensão da economia teve como duração, o intervalo entre os anos de 1945-1973. O setor pesqueiro, com efeito, teve seu auge, exatamente neste final de fase “a” do 4º. Kondratieff, notadamente, a partir da década de 1960, quando o Estado Brasileiro, adotou uma série de medidas legais, com o intuito de aprofundar o padrão industrial de desenvolvimento estabelecido no país, a partir de 1930. Estes procedimentos ocorreram, especialmente a partir de 1966, momento em que fora “promulgado o Decreto nº 58.696, que veio

a conceituar a pesca como indústria de base”, incluindo-a entre “as atividades financiáveis do BNDE”<sup>24</sup>.

Em termos de formação litorânea catarinense, pode-se citar alguns exemplos fornecidos por Lago & Gouveia<sup>25</sup>, no que concerne à absorção desses recursos:

*“A Inpesca S.A. (Imaruí) renovou suas instalações, investiu cerca de 80 milhões de cruzeiros; a Pepe Pesca (Itajaí) investiu mais de 200 milhões em equipamentos de mani-pulação, frigorificação, etc.; a Krause (Penha), adquiriu um pesqueiro, altamente mecanizável; a Gelopesca investiu 20 bilhões de cruzeiros, etc”.*

Além disso, ante a necessidade de estruturarem as unidades produtivas com base em tecnologias modernas, outras aquisições eram frequentes, como ecossondas, sonares, power block, radares, radiocomunicações, embarcações mecanizável, etc. Estes instrumentos acabaram possibilitando, à indústria, a capacidade de também exercer o processo de captura do pescado.

Por outro lado, o Estado desempenha papel fundamental ao oferecer, igualmente, toda a infra-estrutura, que é gerada em função dos interesses industriais: inauguram-se redes de energia elétrica, instalam-se fábricas de gelo, abertura de estradas, etc. Em decorrência, cresce consideravelmente a produtividade,

---

<sup>24</sup> Na verdade, tratava-se de um conjunto de procedimentos legais, podendo-se inserir ainda no contexto, os Decretos-leis n<sup>os</sup>. 221/67 e 70.886/72. Sobre o assunto ver MELLO, Alex F. A Pesca sob o capital: a tecnologia a serviço da dominação. Belém: UFPA, 1985, p. 141.

<sup>25</sup> LAGO, Paulo F. & GOUVEIA, A. Comunidades Pesqueiras de Santa Catarina. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola do Ministério da Agricultura, 1968, p. 23-33.

atingindo, em 1974, em todo o Estado Catarinense, o elevado patamar de 126.817.859 quilos, contra 29.893.154, em 1966<sup>26</sup>.

A importância que os diversos produtos oriundos da pesca assumem, motiva uma divisão social entre as próprias indústrias que, passam a ter atribuições específicas, no que se refere ao abastecimento dos mercados. Neste sentido, salienta-se que são os capitais industriais instalados em Itajaí, Itapocoróia, Laguna, etc., que se especializam na comercialização do camarão, destinando-o ao mercado internacional, notadamente, para os Estados Unidos. Por outro lado, as indústrias de menor porte, especializam-se na produção de sardinha, abastecendo o mercado nacional, mercado este destinado à população de baixo poder aquisitivo<sup>27</sup>.

A conjuntura favorável, ao nível de sociedade planetária, começa a declinar, segundo Rangel<sup>28</sup>, a partir de 1973, “com a chamada crise do petróleo”, produto também considerado pelo autor, como “fonte de energia, por excelência”.

O transcorrer dos anos, entretanto, evidenciou que, a crise do petróleo fora o ponto de partida de um processo muito mais amplo, ou seja, trata-se de uma crise mundial, com profundas repercussões nos diversos aspectos de nossa vida, atingindo, segundo Capra<sup>29</sup>, igualmente, “a qualidade do meio ambiente e das relações sociais, da economia, tecnologia e política”.

Neste contexto, é que se insere o quadro pesqueiro pois, a partir da década de 1980, passa a demonstrar um processo tendendo para a decadência, à medida em que se verificam decréscimos significativos no volume de pescado capturado em todo o litoral catarinense, evidenciado pelos números que atingem

---

<sup>26</sup> Cf. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Anuários Estatísticos. Controle do Desembarque em Santa Catarina. Florianópolis: Sudepe (Coordenadoria Regional), 1968-1984.

<sup>27</sup> SILVA, Célia Maria e. Op. cit., p. 163.

<sup>28</sup> RANGEL, Ignácio. Economia: milagre e anti-milagre, p. 61.

<sup>29</sup> CAPRA, Fritjof. O Ponto de Mutação. São Paulo: Cultrix, 1982, p. 19.



um total de 84.038.486 quilos em 1992, reduzindo-se para 81.231.140 quilos em 1995<sup>30</sup>.

Possivelmente, esta redução dos recursos, está relacionada com a forma de captura, causando inúmeros prejuízos ao ecossistema marinho, à medida em que “as redes são arrastadas por máquinas, que acabam extraindo a cadeia alimentar do pescado, e a detecção do cardume pelos instrumentos, não acusam o tamanho do produto”<sup>31</sup>.

Associando-se a este quadro tem-se, ao longo do litoral, a poluição das águas, tanto oceânicas como lacustres, a primeira proveniente especialmente da região carbonífera<sup>32</sup> e, a segunda, oriunda de índices altamente poluentes existentes nos complexos lagunares de Imbituba, Araranguá, Sombrio, Garopaba<sup>33</sup>, entre outros.

---

<sup>30</sup> Cfe. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E DA AMAZÔNIA LEGAL. Informe sobre os desembarques controlados de pescados no Estado de Santa Catarina nos anos de 1988 a 1992. Itajaí (SC): Cepsul/IBAMA, 1994. Ver igualmente, SANTA CATARINA EM DADOS. Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina. Florianópolis: FIESC, 1997.

<sup>31</sup> SILVA, Célia Maria e. Op. cit., p. 175.

<sup>32</sup> Ver recentes denúncias dos pescadores residentes em Araranguá, reclamando que “quando chove muito, a água do carvão entra no rio (que desemboca no oceano) e mata milhares de peixes”. (Diário Catarinense Especial de 30.04.1997, p. 23).

<sup>33</sup> O complexo lagunar de Imbituba encontra-se em avançado estado de poluição em função dos dejetos que recebe de Imaruí, Imbituba e Laguna (Diário Catarinense Especial de 30.04.1997, p. 121). Acrescenta-se a este quadro de poluição das águas, a decadente situação da Lagoa de Sombrio, que absorve os resíduos das turfas, produzidas nos manguezais, ao sul de Araranguá. Além destes, a referida Lagoa, igualmente, serve de receptora dos resíduos sólidos e líquidos contaminados por agrotóxicos oriundos dos arrozais, associando-se no contexto, os resíduos líquidos provenientes da produção de farinha e de polvilho. Como resultado tem-se, nos últimos anos, uma Lagoa em que as águas baixaram de 80 para 50 cm, sua metragem reduziu-se de 54 para 20 km<sup>2</sup>, sua profundidade

Em termos sociais, a industrialização teve a seu lado, num primeiro momento, o preparo das condições subjetivas para que os pescadores se apresentassem no mercado de trabalho, na condição de homens “livres”. Num segundo momento, parcela deste contingente de trabalhadores foram substituídos por máquinas, evidentemente, nas atribuições mais árduas do processo de trabalho. Além do mais, em localidades como Florianópolis, Garopaba, Laguna, Porto Belo, Bombas, Bombinhas e praticamente todo o litoral, o Estado viabilizou processo de urbanização das praias, provocando, desta forma, maior expressão, no que concerne ao processo de expropriação dos pequenos produtores.

Resta aos produtores autônomos, transformarem-se em trabalhadores domésticos como caseiros, ou migrarem para os centros urbanos com o intuito de conseguirem a oportunidade de serem funcionários públicos, guardas-noturnos, policiais, etc, ou ainda, como trabalhadores que só possuem a sua força de trabalho, no interior das unidades industriais. Nesta última situação, funcionam como verdadeiras bóias-frias, pois são trabalhadores temporários e ao desembarcarem de uma expedição pesqueira, geralmente, são demitidos, não havendo a certeza do seu retorno ao processo industrial.

Em terra, pouca ou nenhuma chance lhes resta, já que perderam a condição de proprietários dos instrumentos profissionais que, geralmente, pertencem agora, aos intermediários, que são os abastecedores dos mercados locais, bem como os de São Paulo e Rio de Janeiro.

Na verdade, a modernização dos setores mais capitalizados, no âmbito da pesca, significou a ampliação do projeto de desenvolvimento do país, que tendeu a apoiar todas as iniciativas, em bases industriais, nos diferentes setores produtivos.

---

alterou-se de 3 para 2 metros, de 5 tipos de vegetação aquática, restam apenas 3 (Cfe. SILVA, Nivalva M. Documento Norteador do Processo de Desenvolvimento Histórico, Político e Social do Município de Sombrio. Sombrio: Prefeitura Municipal, 1994, p. 14).

Entretanto, tal projeto fora pensado, possivelmente, de forma fragmentada, excluindo-se as dimensões sociais e ambientais do processo. Como resultado, emerge um quadro crítico, pois são evidentes, no universo das cultura açoriana, o **empobrecimento social**, para não se falar do estado de miséria e de penúria a que estão submetidos, atingidos, igualmente, no presente momento, pela **degradação ambiental**.

Urge, portanto, que se inicie o terceiro milênio, com um projeto de sociedade, que contemple o restabelecimento de certos elementos da totalidade da cultura açoriana, em particular, a reconstrução e o fortalecimento da pequena unidade autônoma, em bases modernas, tendo na base de sua sustentação, a família. Ao lado destas preocupações sociais, não deverá faltar no referido projeto, uma política séria de restauração de áreas altamente degradadas.